

Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

1. Identificação do Responsável pelo tratamento

- Nome: Conselho Superior de Magistratura (adiante designado por “CSM”)
- Sede: Rua Duque de Palmela, n.º 23, 1250-097 Lisboa
- NIPC: 600 018 466
- E-mail: csm@csm.org.pt
- Contacto EPD/DPO: dpo.csm@csm.org.pt

2. Dever de informação

O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (em diante “RGPD”) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de execução do Regulamento (UE) 2016/679 em Portugal, asseguram a proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. São considerados “dados pessoais” qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável, pelo que a proteção não abrange os dados de pessoas coletivas. É considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social (por exemplo o seu nome associado ao seu número de telefone ou ao seu endereço de e-mail).

Mediante a leitura da presente Política de Privacidade de dados pessoais, o utilizador fica informado sobre o tratamento dos pessoais realizados pelo CSM.

3. Dados pessoais

O CSM trata dados pessoais quando lhe é solicitada informação, quando há troca de correspondência ou quando há participação em outras atividades através do seu *website*.

É sempre uma opção do utilizador prosseguir, ou não, na atividade quando lhe são pedidos dados pessoais.

Quando ocorre visita ao *website* do CSM são recolhidas informações conhecidas como “*clickstreams*” (endereço IP, nome do domínio, etc.). Estas informações, combinadas com os dados pessoais facultados pelo utilizador, permitem adequar o funcionamento deste *website* para melhor a experiência das respetivas visitas.

O CSM não partilha os seus dados com nenhuma empresa, entidade ou organização, nem os transfere para fora do Espaço Económico Europeu, salvo no estrito cumprimento das obrigações legais a que está adstrito.

4. Finalidades do tratamento de dados pessoais

Os dados pessoais tratados pelo CSM serão unicamente utilizados para as seguintes finalidades:

- a) Responder a pedidos de contacto e/ou informações enviados através de correio eletrónico;
- b) Análises estatísticas;
- c) Monitorização da segurança do website;
- d) Resposta a apresentação reclamações e queixas contra juízes;
- e) Divulgação de listas de candidatos no âmbito de um procedimento concursal.

5. Legitimidade para o tratamento de dados pessoais

O CSM trata os dados dos utilizadores:

- (i) para cumprimento de obrigações jurídicas a que o CSM esteja adstrito;
- (ii) para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo CSM ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

O Utilizador garante que a informação fornecida é verdadeira, precisa, completa e atualizada, e é responsável por qualquer dano ou perda, direta ou indireta, que possa ser causado como resultado da violação dessa obrigação.

No caso de os dados fornecidos pertencerem a um terceiro, o Utilizador garante que informou o referido terceiro dos aspetos contidos neste documento e obteve sua autorização para fornecer seus dados ao CSM para as finalidades indicadas.

6. Prazo de conservação

O CSM apenas conserva e trata os seus dados pessoais durante o período que se revele necessário ou obrigatório para o cumprimento das finalidades acima descritas, aplicando critérios de conservação da informação apropriados a cada tratamento e em linha com as obrigações legais e regulamentares aplicáveis

7. Como são tratados e protegidos os seus dados?

Para garantir a segurança das suas informações pessoais, o CSM utiliza uma série de medidas de segurança. As suas informações pessoais são guardadas em redes seguras que apenas podem ser acedidas por um limitado número de pessoas, que detêm privilégios de acesso e se comprometem a respeitar e manter a confidencialidade de tais informações.

Não obstante estas medidas, quando faculta informações pessoais na Internet existe sempre um risco de que estas possam ser intercetadas e usadas por terceiros fora do nosso controlo, apesar de todos os nossos esforços em contrário.

7.1. Princípios Gerais Aplicáveis ao Tratamento de Dados

Ao nível dos princípios gerais relativos ao tratamento de dados pessoais, o CSM compromete-se a assegurar que os dados pessoais por si tratados são:

- Objeto de um tratamento lícito, leal e transparente em relação ao titular;
- Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas;
- Adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados;
- Exatos e atualizados;
- Conservados de uma forma que permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados;
- Tratados de uma forma que garante a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, sendo para isso adotadas as medidas técnicas ou organizativas adequadas.

7.2. Medidas Técnicas, Organizativas e de Segurança Implementadas

Para garantir a segurança dos dados pessoais e a sua confidencialidade o CSM trata a informação de acordo com as políticas e procedimentos internos de segurança e confidencialidade, os quais são revistos e atualizados periodicamente, de acordo com os termos e condições legalmente previstos.

Em função da natureza, do âmbito, do contexto e das finalidades do tratamento dos dados, bem como dos riscos decorrentes do tratamento para os direitos e liberdades do titular, o CSM aplica, tanto no momento de definição dos meios de tratamento, como no momento do próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas à proteção dos dados pessoais e ao cumprimento dos requisitos legais.

O CSM compromete-se, ainda, a assegurar que, por defeito, só são tratados os dados que forem necessários para cada finalidade específica de tratamento e que esses dados não serão disponibilizados sem intervenção humana a um número indeterminado de pessoas.

8. Direitos dos Titulares dos Dados

De acordo com as disposições do RGPD e da Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto, o Utilizador pode exercer os seus direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação ao tratamento, portabilidade, oposição e revogação do consentimento.

O CSM não procede a decisões automatizadas nem elabora perfis.

O Titular dos dados pessoais pode exercer os seus direitos enquanto tal através do endereço de correio eletrónico dpo.csm@csm.org.pt, ou através de carta postal para a seguinte morada:

Conselho Superior da Magistratura Rua Duque de Palmela n.º 23
1250-097 Lisboa

O Utilizador tem ainda o direito de apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) em relação a matérias relativas ao exercício dos seus direitos e à proteção dos seus dados pessoais, através da seguinte página web www.cnpd.pt

9. Cookies

O *website* do CSM utiliza “*cookies*”, pequenos ficheiros de texto contendo informação sobre

anteriores acessos a este *website*, que ficam gravados no seu computador e que podem ser posteriormente utilizados quando voltar a aceder a este site.

Para obter mais informações acerca da utilização de cookies, o CSM dispõe de uma Política de Cookies acessível em <https://www.csm.org.pt/rgpd/>

10. Links para outros *websites*

Neste *website* encontram-se *links* para outros *sites* de Internet, cumprindo alertar para o facto de o CSM não ter qualquer influência ou responsabilidade sobre os conteúdos e design dos mesmos, não assumindo qualquer responsabilidade sobre a atualidade, adequação ou qualidade da informação disponibilizada em tais *sites*.